

Compromisso irrenunciável

A revelação de que o setor industrial cresceu em julho 3,1 por cento sobre o desempenho de junho e 7,2 em relação ao mesmo mês do ano passado mostra que a economia brasileira, apesar do agravamento da crise a partir 1982, não foi contaminada pelos agentes patológicos da inflação. Por mais paradoxal que possa parecer, os níveis de capitalização das empresas são bastante satisfatórios, assim também o aprimoramento tecnológico, conforme sugerem os dados agora divulgados pelo IBGE.

Permanecem saudáveis as relações econômicas no plano da produção, com indicações seguras de que o conjunto do sistema não só se mantém a salvo dos riscos de sucateamento, como sustenta adequados padrões de competitividade em relação à concorrência internacional. Sobre a capacidade mercadológica da produção brasileira, o melhor atestado é o crescimento dos volumes e dos valores exportados, se bem que a maior parte desse esforço – saldo estimado em dezoito bilhões de dólares para o final do exercício – seja malbaratado no resgate da dívida externa.

Também é bastante sintomático do grau de solidez da economia, aqui entendida como o conjunto dos equipamentos e os níveis de produtividade, a informação igualmente procedente do IBGE dê que a indústria, com a expansão observada em julho, cresceu 32 por cento acima da média alcançada em 1981, o ano que precede ao atual ciclo de dificuldades. E outra indicação bastante promissora é a de que grande parte desse salto quantitativo ocorreu em setores básicos, como a mecânica e a metalurgia.

O fenômeno representado pela sustentação do produto industrial, em quantidade e condições competitivas adequadas, enquanto a inflação desatrela os riscos de eventual descontrole, funciona como um antídoto à crise social. É que, posto em termos ajustados às pressões da demanda, o processo produtivo não só garante certa estabilidade nos valores correntes, se bem que pelos artifícios da indexação, como também razoá-

veis taxas de emprego, principalmente em relação aos quase 2,5 milhões de jovens que, anualmente, procuram o mercado de trabalho.

Mas se o sistema produtivo se mostra saudável, seja qual for a metodologia do diagnóstico para demonstrá-lo, resta concluir que as disfunções econômicas localizam-se na área da moeda. Uma política monetária lastreada na emissão de dinheiro ou em saques sobre as poupanças privadas, em virtude dos gastos perdulários da máquina estatal, provoca de modo crônico a desvalorização do cruzado. Ao mesmo tempo, a conversão em cruzados das divisas oriundas das exportações, para pagamento do segmento exportador, torna compulsória a expansão dos meios de pagamento. Ambas distorções situam-se na raiz do processo inflacionário.

É evidente que, no ocaso de sua força política e já sem tempo para executar medidas de envergadura, o atual Governo não poderá conceber e praticar uma política econômico-financeira capaz de restaurar o equilíbrio nas relações monetárias, pelo menos com eficácia sobre o poder aquisitivo da moeda. Mas o novo Presidente da República, a ser eleito em 15 de novembro, não poderá furtar-se a semelhante compromisso, embora a postura reticente e ambígua dos candidatos sobre as questões associadas à crise econômica.

Para que a opinião pública não seja ilaqueada em sua boa-fé, desde logo é necessário ficar bem claro que a inflação jamais será dominada enquanto o Governo não restabelecer a austeridade nos gastos públicos, livrar-se dos agentes empresariais cronicamente deficitários e adotar uma política racional para administração da dívida externa. As promessas feitas ao largo de tais compromissos só podem sustentar-se como meros exercícios de demagogia, salvo se os seus autores cultivam a ideia suicida de agravar os problemas nacionais. Para o êxito de um programa nos termos aqui definidos, o futuro Governo já conta com um sistema produtivo imune à ação deletéria da inflação.